

Amazônia no domínio das águas: Hurley e a revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (1917-1938)¹

The Amazon under the sign of its waters: Hurley and the journal of the Instituto Histórico e Geográfico do Pará (Historical and Geographical Institute of the state of Pará) (1917-1938)

Iza Vanesa Pedroso de Freitas Guimarães*

1. A missão do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP)

O Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP) foi fundado em comemoração ao Quarto Centenário do Descobrimento do Brasil, no dia três de maio de 1900, juntamente com a Academia Paraense de Letras e a Liga Humanitária do Estado do Pará.

A fundação do IHGP deu-se sob a égide do governo estadual de José Paes de Carvalho (1850-1943)² que incluía no programa de comemoração do Centenário Brasileiro a criação

¹ Texto adaptado de minha dissertação de Mestrado Acadêmico defendida em 2007 no Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará (UFPA), sob a orientação do professor Dr. Aldrin Moura de Figueiredo. Esse trabalho originou-se a partir de minha vinculação à linha de pesquisa "História e Natureza". Tal pesquisa foi desenvolvida com o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

* Mestre em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará (2007). Professora Assistente da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). E-mail: izavangui@hotmail.com

² José Paes de Carvalho era médico e político. Ele tomou posse como governador do Estado do Pará em primeiro de fevereiro de 1897, permanecendo no governo até 11 de fevereiro de 1901, quando assumiu seu sucessor, Augusto Montenegro. Foi o primeiro presidente do Clube Republicano do Pará (Cf. ROCQUE, Carlos. *História Geral de Belém e do Grão-Pará*. Belém: Distribel, 2001. p. 85).

do “Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Pará”³ como foi primeiramente denominado.

Essa associação manteve-se desarticulada até 1917, quando o clima de entusiasmo gerado pelas comemorações cívicas do Tricentenário da Fundação de Belém em 1916⁴ reacendeu nos círculos intelectuais paraenses o debate acerca da necessidade de se criar uma instituição que estivesse empenhada no estudo dos aspectos peculiares da história do Estado do Pará e da Amazônia, conforme a circular seguinte:

Belém, 19 de fevereiro de 1917.

Desejando corresponder a vontade do exmo. sr. dr. Governador do Estado e ao desejo do povo paraense em *comemorar* a data de 6 de março, centenário da Revolução Pernambucana [...] vimos lembrar á v. exc. a *idéa* de fundarmos nesta capital; nesse dia o <<Instituto Histórico e *Geographico* do Pará>> o qual tenha por fim:

- a) Estimular o estudo *chorographico* de todo o *Valle Amazonico*;
- b) *Analysar* devidamente o movimento histórico do nosso Estado, *biographando* a *actividade* social dos seus maiores homens em qualquer posição para que tivessem trabalhado;
- c) Publicar mensalmente uma revista, em que venham exarados trabalhos inéditos sobre esses *assumtos*;
- d) Instituir em local *proprio*, o <<Museu Histórico e *Geographico* da *Amazonia*>> para onde sejam recolhidas as *reliquias* de homens *notaveis* nas *sciencias*, letras e artes, que aqui tenham moi-

³ Às 9 horas da manhã de *hontem* no salão de honra da *Bibliotheca* Publica do Estado, acharam-se presentes, para trabalhos *preparatorios* da *instalação solemne* do instituto histórico, *geografico* e *ethnografico* do Pará, os srs. Desembargador Gentil Bittencourt, tenente-coronel Raymundo Cyriaco Alves da Cunha, dr. Francisco de Paula Pinheiro, Manoel de Miranda Simões, Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, dr. Jacques Hubes, Francisco T. de Vilhena Alves, dr. Ignácio Moura, Estephanio F. da Silva, Antonio da Costa e Silva, tenente-coronel Aureliano Guedes, dr. Raymundo Alvares da Costa, dr. Eladio Lima, [sic], major Thomaz Cavalcante, dr. Theodoro de Brito Pontes, tenente Manoel Ignácio da Cunha e dr. Estephanio Barroso. Justificaram o seu não comparecimento os srs. dr. Enéas Martins, dr. Virgílio Cardoso de Oliveira, dr. Barroso Rebello, cônego Domiciano Perdigão Cardoso e dr. João de Palma Muniz (CENTENÁRIO BRASILEIRO. *Jornal Folha do Norte*. Belém, sábado, 28 de abril de 1900, Ano 5, nº 1572. p. 1).

⁴ Para comemorar o aniversário da “nova” Belém: “Inaugurava-se no Pará um interesse pela popularização de reliquias históricas e pela divulgação dos registros do passado em logradouros e espaços públicos” (FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *Eternos modernos: uma história social da arte e da literatura na Amazônia (1908-1929)*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2001, p. 160/61). O passado conquistava um lugar privilegiado – “o livro, o museu e a memória” (Ibid, p. 172). O desafio dos intelectuais paraenses era mantê-lo nesse lugar privilegiado.

rejado ou contribuíssem, por outro modo, para nossa evolução; mapas estatísticos e *geographicos* da nossa região ou referentes às nossas *industrias* e lavoura e todo quanto possa representar o nosso passado. (Jornal Folha do Norte, Belém, 1917, p. 3)

No Grêmio Literário Português, ocorreram reuniões convocadas sob a liderança de Ignácio Baptista de Moura e Luiz Barreiros com o propósito de reorganizar as atividades de expediente e produção do IHGP. Como culminância dessas reuniões, em seis de março de 1917, o Instituto Histórico e Geográfico do Pará foi refundado.

A sessão magna que marcou a sua refundação ocorreu no Teatro da Paz em Belém/PA, organizada pela Associação da Imprensa do Pará em comemoração ao centenário da Revolução Pernambucana:

A intelectualidade amazônica age, neste momento, sob o impulso do patriotismo, para comemorar a data centenária da Revolução pernambucana, que nos trouxe as alvoradas da Independência e da República, fundando nesta capital o Instituto Histórico e Geográfico do Pará. (RIHGP, 1917, p. 3).

A citada intelectualidade amazônica estava representada por Ignácio Baptista de Moura, o presidente do IHGP à época, por Luiz Barreiros, presidente da Associação da Imprensa do Pará, sócio-fundadores do IHGP e convidados. Além dos intelectuais paraenses, compareceu nessa ocasião a convite o representante do Instituto Arqueológico Pernambucano à época, Luiz Estevão de Oliveira. Presidiu essa sessão o governador do estado do Pará, Lauro Nina Sodré e Silva (1858-1944)⁵.

O pontífice [o governador] fala e lhe obedecemos; a sua idéia, seguem-lhe os discípulos, para comemorar tão faustosa data, ele tem uma frase mais elevada que as outras: “está fundado

⁵ Depois de sua formação militar, Lauro Nina Sodré seguiu carreira política e tornou-se um importante estadista. Após a proclamação da República, foi oficial do gabinete de Benjamim Constant e eleito para a Assembléia Nacional Constituinte. Ele contribuiu com a redação da Carta Republicana. Foi o primeiro governador constitucional do Pará, empossado em 24 de junho de 1891. Também foi eleito senador da República, cargo que ocupou em legislaturas sucessivas. Foi candidato à Presidência da República e voltou a governar pela segunda vez o Pará de 1912 até 1917. Autor de **Crenças e Opiniões e Palavras e Actos**, também colaborava em jornais da época. (CD-ROM. **Catálogo de Obras Raras**: Biblioteca Pública Estadual Arthur Vianna. Belém, Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves, vol. I, 2001)

nesta capital o Instituto Histórico e Geográfico do Pará” (Palmas prolongadas em toda a assistência). (RIHGP, 1917, p. 5-6) ⁶

Na década de 1930, assumiu o governo revolucionário no estado do Pará o interventor federal Joaquim de Magalhães Cardoso Barata (1888-1959) ⁷ que decretou em 1931 que o Estado assumiria as despesas do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, estabelecendo algumas obrigações entre esse Instituto e o governo, incorporando o IHGP “... às funções culturais do Estado, como órgão necessário a sua existência na formação histórica de nossa nacionalidade, neste longínquo trecho do território pátrio”. (RIHGP, 1931, p. VI) ⁸

A finalidade dessa associação foi apontada pelos seus sócios no referido decreto como “o registro honesto da história passada, presente e futura, cabendo-lhe acompanhar, anotando todos os fatos importantes ocorridos no Brasil, no exterior e particularmente na Amazônia”. (RIHGP, 1931, p. V) ⁹

O IHGP clamava por uma história como a produzida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), isto é, com forte apelo pedagógico, que orientasse os jovens ao patriotismo, exaltando a figura dos antepassados.

[...] ao Instituto Histórico, evocando o passado e fixando o presente, compete encaminhar criteriosamente a mocidade e o povo no estudo do civismo, [...] , incentivando, pela emulação e pelo exemplo, a mocidade ao culto dos nossos heróis e mártires, cuja abnegação fortalece as novas gerações. (RIHGP, 1931, p. V/VI) ¹⁰

⁶ MOURA, Ignácio Baptista de. “Alocução pronunciada pelo Dr. Ignácio Moura na inauguração do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, a 6 de março de 1917, no Teatro da Paz”. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (RIHGP)**. Belém, Oficinas Graphics do Instituto Lauro Sodré, 1917, fasc. I. pp. 3-6.

⁷ Joaquim de Magalhães Cardoso Barata tornou-se um mito político no Estado do Pará. Assumiu o governo revolucionário após a Revolução de 1930 como interventor federal nomeado por Getúlio Vargas. Governou o Pará de 1930 a 1934, período denominado de primeira interventoria e depois retornou ao governo em 1943, iniciando a sua segunda interventoria. Nas eleições para governador em 1955, no estado do Pará, Magalhães Barata elegeu-se, porém não cumpriu todo o mandato, pois veio a falecer em 1959.

⁸ “A Revista”. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (RIHGP)**. Belém, Oficinas Graphics do Instituto Lauro Sodré, 1931, vol. VI. Belém, 1931. p. V-VI.

⁹ “Decreto nº 259 (de 31 de março de 1931)”. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (RIHGP)**. Belém, Oficinas Graphics do Instituto Lauro Sodré, 1931, vol. VI. pp. V-VII.

¹⁰ Decreto nº 259 (de 31 de março de 1931). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (RIHGP)**. Belém, Oficinas Graphics do Instituto Lauro Sodré, 1931, vol. VI. p. V/VI.

As associações científicas e culturais, de acordo com a sua natureza, cumprem papéis específicos nos espaços que estão inseridas. Esses papéis obedecem à lógica dos processos sociais aos quais tais associações estão envolvidas. (COELHO, 1991, sp)¹¹

Ao mesmo tempo em que os intelectuais vinculados a essa associação estavam preocupados em colaborar no debate da intelectualidade brasileira do que seria o Brasil e quem seriam os brasileiros fornecendo uma explicação histórica para a nacionalidade brasileira, eles desejavam capturar as peculiaridades do território amazônico, fortalecendo o regionalismo no domínio científico-cultural e político.

De 1917 até o final da década de 1930, o Instituto Histórico e Geográfico do Pará divulgou através da sua Revista pesquisas no campo da história e da geografia, cumprindo o papel de construir um *locus* científico para a intelectualidade amazônica a qual seus sócios julgavam representar.

Os trabalhos publicados na Revista do IHGP consistiram nos esforços desses sujeitos históricos em enquadrar a história local e/ou regional no contexto nacional e até internacional, como uma forma de inserir a Amazônia à lógica de “progresso” e “civilização” tão debatida no início do século XX. Nesse processo de construção da identidade da associação, os intelectuais do IHGP lançaram os primórdios de uma história ambiental *made in* Amazônia.

2. Visões da Amazônia: entre natureza e civilização

Do final da década de 1910 até os anos de 1930, os intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico do Pará elegeram a natureza amazônica como elemento principal do discurso identitário da associação¹². A natureza esteve sempre presente nas

¹¹ Argumento presente no discurso de posse de Geraldo Mártires Coelho ao assumir a Cadeira nº 3 do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, em sessão ocorrida a 27 de junho de 1990. (Cf. COELHO, Geraldo Mártires. **Rito e Memória**. Belém: Ed. Universitária UFPA, 1991)

¹² Entendemos como discurso identitário o conjunto de aspectos expressivos que compõe certo padrão discursivo; trata-se de práticas discursivas que impõem um determinado repertório de símbolos como uma forma de comunicar uma visão, tornando-a válida e comum a um determinado grupo.

pesquisas empreendidas e nos discursos construídos pelos sócios do IHGP. Ora a natureza aparece como sujeito que ajuda a construir a história da região amazônica, ora como elemento fundador do perfil intelectual da associação.

Vale ressaltar que a natureza aqui é entendida no plural, definida por várias ideias e significados, inspirando muitos pensamentos e possibilitando experimentar sentimentos diferenciados. Ao mesmo tempo em que ela é uma ordem e um processo que existe fora do controle dos homens, é elemento intrínseco a eles porque também é uma criação das suas mentes, produto da mentalidade social¹³.

Vale ressaltar que nesse artigo entende-se a natureza na sua materialidade e exterioridade, como o mundo natural exterior ao homem, mas que com ele se relaciona indelevelmente. Porém, é possível reconhecer que a natureza, na sua imaterialidade (representações, símbolos),¹⁴ influenciou fortemente as pesquisas dos intelectuais do IHGP. A análise nesse trabalho recai sobre as águas dos rios da Amazônia, seus usos comuns e sobre como o Estado deve tratá-los.

Nos resultados de pesquisas divulgados na Revista do IHGP, a natureza é abordada como objeto de estudo, mas nos discursos em sessões comemorativas, ela é exaltada como símbolo demarcador da identidade amazônica¹⁵, identidade essa ligada às espacialidades, temporalidades e sujeitos históricos da Amazônia.

Os intelectuais do IHGP fizeram dos estudos acerca da natureza amazônica o marco fundador do estatuto de cientificidade da associação. A partir dos seus olhares sobre a natureza, os intelectuais projetaram como seria a Amazônia nos diversos tempos históricos, representando-a no passado, no presente e até mesmo no futuro.

¹³ WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, vol. 4, 1991, p. 198-215.

¹⁴ Ver GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. 2 ed. Manaus: Editora Valer, 2007.

¹⁵ Entende-se aqui como identidade a representação do real que cria uma comunidade simbólica de sentido, permitindo tanto a sensação de pertencimento quanto a construção da noção de alteridade. (PESAVENTO, Sandra. *O imaginário da cidade*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1999. p. 24).

No início do século XX, a produção dos intelectuais do IHGP pode ser dividida em duas importantes fases: a primeira que se caracteriza pelo naturalismo e evolucionismo e a segunda fase da produção caracterizada pelo jusnaturalismo.

2.1 Naturalismo e Evolucionismo

Na “Alocução” proferida na sessão solene de refundação do IHGP, pelo então presidente dessa associação, Ignácio Baptista de Moura (1857-1929)¹⁶, a demora com que os paraenses alcançaram o exemplo dos pernambucanos foi explicada a partir da dinâmica da “química social”. A química social permitiu que as características específicas dos brasileiros na Amazônia não fossem desconsideradas frente às características gerais do povo brasileiro.

[...] Gastamos mais de meio século para conseguir o desiderato, que os pernambucanos tinham realizado em um só dia. A química social tem dessas vagarosidades, na combinação dos elementos orgânicos e inorgânicos, físicos e morais, que entram nos seus fenômenos, para produzirem mais tarde, através do tempo e do espaço, a estrutura e a construção de um povo, sobre o mesmo aspecto social com o mesmo fim econômico. (RIHGP, 1917, p. 4)

A dinâmica das sociedades humanas foi comparada à dinâmica da natureza, sugerindo a interdependência entre o homem e a natureza “Nada se perde na natureza’. Se é impossível aniquilar o átomo, também não se pode abandonar o acontecimento mais inexpressível...”. (RIHGP, 1917, p.4)

¹⁶ Ignácio Baptista de Moura nasceu no estado do Pará, professor e engenheiro civil, Ignácio Moura trabalhou no governo Lauro Sodré, sendo um dos construtores da Estrada de Ferro de Bragança. Foi deputado provincial por duas vezes durante o Império; na República, foi deputado estadual em várias legislaturas. Membro-fundador da Academia Paraense de Letras tornou-se também um dos presidentes mais lembrados do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Dentre sua vasta obra, encontram-se **A Exposição artística e industrial do Lyceu Benjamin Constant e os expositores em 1895** (Belém, 1895); **Vultos e descobrimentos do Brasil e da Amazônia** (Belém, 1900; autoria conjunta com Estephânio Silva). Porém, a maior referência de sua produção foi o livro que escreveu sobre a viagem de 1896 ao burgo de Itacaúna: **De Belém a São João do Araguaia Valle do Tocantins** (Rio de Janeiro, 1910). Mais tarde nos anos de 1920, outros livros foram publicados como **A Luz de outr’ora**: contos e ligeiros estudos (Belém, 1920); **Um Grande Brasileiro** (Belém, 1925) que escreveu com Justino Barroso; **A Amazônia do Futuro** (Pará, 1926) de autoria conjunta com Paulo Eleutério; **Ensaio de Educação Moral e Cívica** (Belém, 1928). (CD-ROM. **Catálogo de Obras Raras**: Biblioteca Pública Estadual Arthur Vianna. Belém, Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves, vol. I, 2001).

Ignácio Baptista de Moura sugere nessa alocução que há uma relação intrínseca entre a ocorrência dos fatos históricos na Amazônia e a natureza, ou seja, há interseções entre o tempo da natureza e o tempo social. Daí incentivar como perspectiva de análise a confraternização entre história e geografia.

[...] os acontecimentos humanos são funções dos aspectos geográficos em que eles se deram [...] É por isso que o estudo da história e da geografia confraternizadas, quase em uma só ciência vai se tornando necessário e imprescindível para a análise social de um povo, estabelecendo os coeficientes necessários para o seu desenvolvimento e para a sua elevação futura. (RIHGP, 1917, p. 4/5)

Essa mesma ideia foi defendida por Henrique Américo Santa Rosa ¹⁷ no trabalho intitulado “Dados dos Geólogos e Hidrografia Paraense”. Para ele, a Geologia e a Geografia são as duas ciências da “terra”, cujos princípios orientam o conhecimento humano acerca da Pré-História. Esse intelectual defende que a natureza obedece a uma obra de evolução, verificando-se um processo de transformação contínua tanto dos elementos orgânicos e inorgânicos quanto dos processos históricos.

[...] não é possível desconhecer a ligação íntima entre as duas ciências da “terra” – a geografia e a geologia – uma e outra se completando, por seus princípios para o fim de orientarem o conhecimento humano na indagação de fatos pré-históricos [...] Por essas “páginas lidas” perlistramos (sic) para salientar, com Agassiz, H Smith, F Hartt, O Derby, F Katzer e outros pesquisadores dos nossos segredos geológicos, os sinais que resistem o perpassar dos tempos, indicando aos posterios (*sic!*) a obra de evolução a que obedece a natureza, na transformação contínua dos elementos orgânicos e inorgânicos que a constituem. (RIHGP, 1917, p. 7/8)

Os intelectuais do IHGP insistiram na conexão entre história e geografia para dar legitimidade ao conhecimento

¹⁷ Nasceu em Belém/PA em 1860. Foi engenheiro civil, historiador, ensaísta, geógrafo e político. Formou-se pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Republicano e abolicionista, Henrique Américo Santa Rosa desempenhou importantes cargos no exercício de sua profissão. Foi diretor-geral das Obras Públicas e Colonização do Pará e chefe da Comissão de Saneamento de Belém/PA. Publicou: “Mapa Geral do Pará; Belém e a sua tipografia; História do Pará; Descrição Física do Pará; Limites do Amazonas e Pará”. (CD-ROM. **Catálogo de Obras Raras**: Biblioteca Pública Estadual Arthur Vianna. vol. I. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves, 2001)

produzido “na” e “sobre” a Amazônia. É verdade que a veia naturalista que orientou os trabalhos dos intelectuais do Instituto é uma herança científico-metodológica dos primeiros anos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, pois apesar de sua fundação (1900) e refundação (1917) serem sustentadas pelo ideário republicano, o Instituto Histórico e Geográfico do Pará seguiu a tradição das instituições criadas no século XIX no contexto imperial.

Além da tradição, havia uma preocupação desses intelectuais com a autenticidade e originalidade dos seus trabalhos, acreditando eles que tais aspectos uma vez voltados para a natureza contemplariam a singularidade da Amazônia, atraindo o interesse dos círculos intelectuais nacionais e internacionais.

Para os intelectuais do Instituto, a Amazônia da primeira metade do século XX representa o retrato das origens do país, tanto que defendem uma importância, sobretudo, ao estudo e escrita da história da Amazônia para a compreensão e explicação da história nacional.

A representação de natureza desconhecida aparece na análise que João de Palma Muniz (1873-1927)¹⁸ faz da obra de Bernardo Pereira de Berredo¹⁹, “Anais Históricos do Estado do Maranhão”, publicada por conta do dispositivo dos Estatutos do Instituto Histórico e Geográfico do Pará que à época estabeleceu a reedição de obras raras importantes para o estado do Pará e para a Amazônia.

Palma Muniz reconheceu que a Amazônia, por ser uma região desconhecida, tornou-se uma região abandonada, esquecida. Segundo ele, sempre houve o descaso por parte do governo em relação à Amazônia, desde o período colonial até o século XX, por não se ter a clareza da importância econômica dessa região para a o país:

¹⁸ Jornalista, professor, geógrafo, historiador, engenheiro civil de formação, tornou-se um vulto de grande projeção nas letras históricas do estado do Pará e também no estudo das questões de limites sustentados com os estados do Amazonas e Goiás. Foi chefe da seção da Repartição de Obras Públicas e diretor da Biblioteca Pública e Arquivo Público do Pará; foi sócio-fundador do Instituto Histórico Geográfico do Pará. Autor de “O município de Itaituba, delimitação inter-municipal do Grão-Pará; Dom Romualdo de Sousa Coelho, Grenfell na história do Pará entre outros”. (CD-ROM. **Catálogo de Obras Raras**: Biblioteca Pública Estadual Arthur Vianna. vol. I. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves, 2001).

¹⁹ Historiador português que foi governador e capitão general do Estado do Maranhão no período de 1718 a 1722.

[...] Mesmo hoje o governo da União do Brasil, com sede mais chegada à Amazônia do que o governo português do século XVII, ainda não conseguia aquilatar do seu valor econômico, como fator vital da existência nacional. (RIHGP, 1917, p. 18)

A natureza aparece, mais uma vez, no trabalho intitulado “A Terra, as coisas e o homem da Amazônia” de Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha ²⁰, publicado por partes: a primeira constando no fascículo da Revista do IHGP de 1917 e a segunda parte no fascículo de 1918.

Esse trabalho é uma longa e minuciosa descrição de uma viagem pelo rio Demeueni, afluente do rio Acará. A natureza foi tomada pelo perigo que representara aos homens que se aventuraram nos rios da região, tendo de enfrentar as intempéries naturais, as doenças e a selvageria dos índios:

Extraordinária e difícil de vencer-se a remos é a correnteza do Pagé.

[...]

Não só neste rio como também no Uaracá as moléstias endêmicas conhecidas são a febre palustre benigna, defluxo e diarreia.

[...]

... observei do rio, com surpresa, um bando de homens nus, vindo do meio da mata, aos saltos de rama em rama, de galho em galho de frondosas árvores, da maneira por que os macacos andam nas florestas, sair a praia e de cima desta dirigir-se em vozeria infernal a nós, indagando quem éramos e o que pretendíamos.

Entre estes selvagens e o meu intérprete houve um breve diálogo... (RIHGP, 1917, p. 59/66/68)

O tipo natural do homem da Amazônia foi descrito por Tenreiro Aranha, ora como os forasteiros “regatões”: os mercadores ambulantes que subiam e desciam os rios, vendendo suas mercadorias; ora como os “selvagens indígenas”, ou seja, tipos de homens, segundo Tenreiro Aranha, que a própria natureza exige e esculpe. Nas duas acepções, o homem da Amazônia foi representado como incivilizado e a natureza como o seu lugar, por ser completamente desconhecida da civilização.

²⁰ Sócio-fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Estava presente tanto em sua fundação em 1900, quanto em sua refundação em 1917. Vale ressaltar que não se trata do alferes de milícias e diretor dos índios de Oeiras, capitão de caçadores e escrivão da mesa grande do Pará, Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, que viveu entre 1769-1811.

No Amazonas, como também no Pará, o mercador ambulante [...] tem a classificação oficial de regatão, é um homem-máquina [...] Este homem extraordinário que assim afronta todos os perigos [...] [...] não tem consciência de si; desconhece a sua temeridade e valor, não alcança por falta de instrução além de si mesmo a nobre missão que exerço, sem que a queira, de levar a esses incultos e ignorantes habitantes dos nossos sertões a idéia de que fora deles existe um mundo todo de grandeza e da luz. A ambição cega-o, [...] vai deixando visíveis exemplos de prostituição, roubo e homicídios que pratica, crime este último que só não comete entre os índios. (RIHGP, 1917, p. 54/55)

A categoria “sertões”²¹ foi empregada por Tenreiro Aranha no sentido de denotar não somente interior, mas espaços “desconhecidos, inacessíveis, isolados, perigosos, dominados pela natureza bruta, e habitados por bárbaros, hereges e infiéis, onde não havia chegado as benesses da religião, da civilização e da cultura”. (AMADO, 1995, p. 149)

A natureza sertaneja na Amazônia vislumbra no imaginário dos intelectuais do IHGP no início do século XX como um mistério quase que indecifrável, visto que os estudos revelam somente alguns de seus aspectos e guardam uma imagem vinculada à expectativa de novas descobertas, constituindo algo

²¹ A categoria “sertões” está presente no pensamento social brasileiro desde o século XVI, nos relatos de viajantes e cronistas e atravessou os séculos seguintes com muita força, tornando seu uso abundante na historiografia e literatura brasileira. Se no período da colonização, essa categoria representava uma forma de compreensão do Brasil como colônia portuguesa, após o século XIX, passou a representar uma forma de entendimento do país como “nação”. No artigo “Região, Sertão, Nação” (1995), Janaína Amado faz uma viagem sobre os significados da palavra “sertão”, resgatando os sentidos que foi adquirindo desde o século XIV até o século XIX e início do XX. Segundo essa autora, no século XIV, para os portugueses, “sertão” constituía áreas distantes da capital portuguesa; no século XV, denominava espaços vastos do interior, para além dos limites do território português. No século XVI, passou a ser sinônimo de “deserto” e o oposto de “litoral” e significava dentre outras definições “... aqueles espaços desconhecidos, inacessíveis, isolados, perigosos, dominados pela natureza bruta, e habitados por bárbaros, hereges, infiéis, onde não haviam chegado as benesses da religião, da civilização e da cultura” (AMADO, Janaína. “Região, Sertão, Nação”. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 1995, Vol. 8, nº 15, p. 148). No século XVII e XVIII, seus significados não mudaram. No século XIX, “sertão” passou a ser empregado no sentido de espaços vastos, lugares despovoados, perdidos e escondidos. Às vésperas da Independência do país, “sertão” foi considerado lugares distintos entre si e alienígena, o que no período colonial equivalia a “terras sem fé, lei ou rei”. Com o processo de construção do sentimento de nação, como categoria cultural, “sertão” passou a representar uma categoria de afirmação de identidades, chegando ao século XX com uma pluralidade de significados.

enigmático, quando se permite conhecer e entender. (NAXARA, 2004, p. 55/56)

2.2 Jusnaturalismo e as teses de Henrique Jorge Hurley

“COMPLEXO é o problema que o Congresso da Pesca em *bôa* hora *instituído* no Pará pelo *benemerito official* da armada nacional *commandante* Frederico Villar, se propoz a resolver”. (RIHGP, 1933, p. 25)

Henrique Jorge Hurley²² destacou os principais aspectos desse problema. O primeiro aspecto trata-se da falta de uma identidade profissional por parte dos pescadores da região do Salgado: “Na costa atlântica do Pará (região do Salgado), a pesca é mais amena e menos arriscada e o pescador não é propriamente um profissional; reúne ele o *typo* de agricultor-pescador”. (RIHGP, 1933, p. 26)

O segundo aspecto destacado é a falta de integração entre esses pescadores:

Nos rios da região do Salgado, desde Vizeu até Vigia (município) notadamente Marapanim e Curuçá, por vezes, na época *propria*, um *tarrafiador*²³, sozinho, não *póde* recolher a tarrafa tão cheia vem *ella* de tainhas.

Muitas vezes se vêm obrigados a soltar parte do peixe. (RIHGP, 1933, p. 27)

O terceiro aspecto é o fato do trabalho dos pescadores em terras paraenses exigir para a sua sobrevivência um desprendimento total de sua atividade, visto ser um trabalho condicionado às mudanças naturais, pois uma vez “Passada a <<safr>>, mais de 60 % dos pescadores paraoáras, do Salgado, deixam as águas e se destinam a outros *mesteres*”. (RIHGP, 1933, p. 27)

²² Historiador e magistrado, Henrique Jorge Hurley depois de cumprir sua carreira militar de 1898 a 1907, foi juiz substituto da Comarca de Baião e Marapanim/PA. Tornou-se promotor público de Curuçá, Macapá e Vizeu/PA, foi também juiz de Direito da Comarca de Afuá e Breves/PA e por último desembargador do Tribunal do Estado do Pará em 1934. Foi também membro da Academia Paraense de Letras e sócio-correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto Histórico do Ceará, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte e de São Paulo. Dentre suas obras: “A Cabanagem, Traços Cabanos, e História do Brasil e do Pará” são as principais. Faleceu em 1956 (ROCQUE, Carlos. **Depoimentos para a História Política do Pará**. Belém, Mitograph, 1981. p. 865).

²³ Tarrafiador é o pescador que utiliza a tarrafa, uma rede de malha, também conhecida como malhadeira para pescar.

A partir da exposição desses três aspectos do complexo problema da pesca no Pará, o presidente do IHGP, Henrique Jorge Hurley, concluiu que essas populações que vivem às margens dos rios na Amazônia e que sobrevivem da pesca: “Necessitavam, de *facto*, esses homens da *assistencia* e essa, *apezar* de retardada, lhes chegou, *emfim!*”. (RIHGP, 1933, p. 25)

Não estava apenas em jogo a sobrevivência das famílias desses pescadores e sim a defesa do território pátrio, pois a união dessas famílias poderia trazer um grande benefício ao país, na medida em que essas famílias unidas defenderiam os domínios do já constituído território brasileiro:

Inspirou-o (Frederico Villar) o desejo vencedor de bem servir á Pátria, protegendo, pela marinha de guerra, com o calor vital da assistência *directa* da União, os nossos patricios praieiros, que habitam o *immenso* litoral do Brasil e margens dos rios e *lagôas* navegáveis, abandonadas, *ha seculos*, aos seus próprios destinos, na faina titânica da pesca, ainda sob os rudimentares *systemas aborígenes e coloniaes*

A idéa de recensear, sob matricula de pescador, a família marítima do Brasil [...] soluciona, inquestionavelmente, o magno e *patriotico* problema da defesa da costa brasileira, levando a instrução, a palavra de civismo, o estímulo ao *amor-patrio* e, o que é mais do que tudo, a certeza de que, depois de um século de *independencia*, os poderes *publicos* se lembraram dos habitantes do Mar! (RIHGP, 1933, p. 25)

Até então, os praieiros somente eram lembrados nos dias das eleições para as *quaes* se afastavam, contrafeitos e basbaques, das dunas brancas e das feitorias [...], para dar o voto sem saber a quem e porque... (RIHGP, 1933, p. 25)

De acordo com Henrique Jorge Hurley, os pescadores e suas famílias até então representavam apenas grupos isolados, presas fáceis para manobras políticas com fins eleitorais. Essas populações só entravam para o recenseamento do país como eleitores em potencial. A “cidadania” desses sujeitos estava restrita a sua incapacidade de votar conscientemente, apenas assinalando um voto que lhe fora imposto e nada mais.

Impunha-se a necessidade do estabelecimento de Colônias de Pescadores para pôr fim a essa prática perniciosa. Não somente esse, mas outros benefícios foram destacados pelo então presidente do IHGP, pois além de congregar, socializar e instruir os pescadores, o estabelecimento de tais Colônias

poderia despertar “o sentimento de rivalidade entre as Colônias (servindo) de *estimulo* à prosperidade de todas” (RIHGP, 1933, p. 27). Henrique Jorge Hurley congrega o sentido de prosperidade à concepção de progresso:

Virão as escolas e, com *ellas*, as regras *sociaes fructificarão* gerando-se, no animo desse povo nobre e sem ambição, [...] o desejo de progredir moral, *intellectual* e financeiramente e de melhorar o seu *habitaculo* e o conforto de sua família, *methodizando* o trabalho e despesa. (RIHGP, 1933, p. 27)

Na tentativa de convencer os pescadores da Amazônia de que eles precisavam aceitar essa nova organização social “sugerida” pela Confederação Geral dos Pescadores do Brasil, Henrique Jorge Hurley passou a interpretar a visão de mundo dessas populações. Provavelmente, dirigindo-se às comunidades de pescadores ainda resistentes a essa nova forma de organização social: aproximou o modo de vida das populações tradicionais – seus costumes e hábitos – ao modo de vida das populações indígenas ditas “atrasadas”.

Imprevidentes por atavismo, *naturaes* e donos de uma terra *môça* e fecunda, *desfructando* um clima invejável, em que nem se padece de frio nem de calor, e habitantes á beira de um eterno viveiro de peixes *excellentes* e mariscos *optimos*, que querem mais?! Por que mais anseiam?

Não consistirá, porventura, uma vida assim um grau de felicidade *quasi* absoluta?

Não pensam no dia de amanhã. E é para *removel-os*, desse *systema* de vida primitiva, em que ainda se espreguiçam languidamente, através dos séculos, que vem em seu auxílio, num gesto de fidalgo carinho, a Mãe Pátria *symbolizada* na Confederação Geral dos Pescadores do Brasil e suas Colônias e Confederações *Estaduaes*. (RIHGP, 1933, p. 28)

O discurso de Henrique Jorge Hurley fez alusão à defesa da doutrina designada de jusnaturalismo²⁴. Tal doutrina foi bastante revisitada por juristas e profissionais do Direito para explicar a origem do Estado Moderno. Talvez pelo fato de possuir formação acadêmica e atuar na área do Direito, o presidente

²⁴ Doutrina que surgiu no século XVII, tendo John Locke (1632-1704) como um de seus maiores representantes. Defensor do ideário da Revolução Gloriosa, cuja vitória significou o triunfo do liberalismo em detrimento do absolutismo, Locke ganhou projeção nos círculos eruditos da época com as ideias que deram origem ao empirismo.

do Instituto acabou reproduzindo a defesa da concepção jusnaturalista, mesmo em uma temporalidade social em que já não caberia a sua defesa.

Segundo Henrique Jorge Hurley, os pescadores viviam em um sistema de vida primitiva, usufruindo de tudo que a natureza podia oferecer, preservando a harmonia e a igualdade entre eles. Embora pareça um modo de vida de quase absoluta felicidade, tal sistema os escravizava a um estágio pré-social e pré-político. Apenas a Confederação Geral dos Pescadores do Brasil e suas Colônias e Confederações Estaduais conduziriam tais sujeitos à superação desse estágio primitivo. Tal estágio aproxima-se, pela descrição de Henrique Jorge Hurley, do chamado “estado de natureza” elucidado por John Locke ainda no século XVII.

Como profissional do Direito, Henrique Jorge Hurley defendeu que somente a associação (contrato social) desses pescadores reunidos nas Colônias e Confederações poderia mantê-los em sua atividade profissional sem prejuízos. Aliás, essa associação só traria benefícios como os já mencionados. Porém, a defesa maior de Henrique Jorge Hurley quanto a tal associação reside em um benefício que está diretamente ligado à atividade profissional dos pescadores, visto que muitos desses pescadores não possuíam propriedades: “Como lavradores, raros são os que possuem terras [...] e roçam em terras devolutas do Estado ou nas terras do *patrimônio* da <<mãe velha>> (intendência)”. (RIHGP, 1933, p. 26)

A argumentação de Henrique Jorge Hurley propõe uma discussão que é fundamental para compreendermos os significados produzidos pela intelectualidade da época nos círculos paraenses acerca da Amazônia: a garantia dos “direitos naturais”²⁵ das populações tradicionais, melhor dizendo, o direito dos pescadores usufruírem das águas, pois em 1932, Henrique Jorge Hurley já reconheceu cerca de 20.000 o número de pescadores matriculados na Capitania dos Portos do Pará e nas Agências de Bragança e Santarém no estado do Pará.

Em 1932, tais pescadores estavam distribuídos em 66 (sessenta e seis) Colônias de Pescadores do Estado do Pará (Z-1

²⁵ A expressão “direitos naturais” não significa os direitos aos recursos naturais, mas sim os direitos que antes de qualquer intervenção do Estado, ou independentemente da lógica moderna de propriedade, tais direitos já existem e devem ser respeitados.

a Z-66) sob o controle da Capitania dos Portos do Pará. Tais Colônias estavam listadas em um Mapa demonstrativo, apresentando 22 (vinte e dois) municípios: Abaeté, Arary, Baião, Belém, Bragança, Cametá, Castanhal, Igarapé Miry, Itaguary, Itaituba, Macapá, Maracanã, Marapanim, Muaná, Quatipurú, Salinas, Santarém, Santo Antonio de Aruans, São Domingos do Capim, Siqueira Campos, Soure, Vigia; e dois territórios: de Amapá e de Vizeu onde essas Colônias estavam estabelecidas. A proporção é quase de 3 (três) Colônias para cada localidade.

Henrique Jorge Hurley preocupou-se também em fazer um levantamento minucioso do número de escolas primárias mantidas pelas Colônias de Pescadores do Estado nessas localidades. Apresentou a descrição de 124 (cento e vinte e quatro) escolas no exercício do ano de 1932. A proporção é de quase 2 (duas) escolas para cada colônia e de 6 (seis) para cada localidade. Daí a questão: como não manter os direitos de 20.000 pescadores, organizados em 66 (sessenta e seis) Colônias situadas em 24 (vinte e quatro) localidades?

3. Amazônia no domínio das águas

É PELAS AGUAS QUE A FEDERAÇÃO, NUM LAÇO FRATERNAL, SE IDENTIFICA COM OS ESTADOS NA UNIÃO REPUBLICANA. (...) As *aguas* prolongam a Pátria (RIHGP, 1933, p. 38) [grifo no original].

Essas palavras, transcritas por Henrique Jorge Hurley, fazem parte da longa reposta de Frederico Villar, capitão dos Portos do Pará à época, aos fazendeiros da região do Marajó/PA que pleiteavam no juízo federal o exercício de propriedade sobre as águas dos igarapés ou ribeirões que nasciam em limites de suas propriedades particulares.

Segundo Frederico Villar, além de legítimo, era legal o uso das águas por parte dos pescadores quer nas terras da União quer nas propriedades particulares, porque os rios são bens públicos, isto é, são de uso comum do povo, portanto, “O aproveitamento *d’aguas* correntes *póde* ser feito desde que não prejudique á servidão” (RIHGP, 1933, p. 39). A partir da defesa de Frederico Villar ao uso comum das águas, Henrique Jorge

Hurley elaborou quatro teses sobre os direitos naturais dos pescadores.

3.1 Tese 1^a (primeira): ampliação do Código Civil Brasileiro

O Código Civil Brasileiro estabeleceu em seu artigo 599, *Da Pesca*, que é lícito pescar em águas públicas e nas particulares com o consentimento do dono, assim se observe os regulamentos administrativos. Diante de tal prescrição legal, Henrique Jorge Hurley explicou a sugerida distinção entre águas públicas e particulares. O Regulamento Administrativo da Pesca à época estabelecia que “as águas correntes, em leito natural, com destino ao mar (*directamente* ou por *intermediarios*) eram SIMPLESMENTE PUBLICAS” (RIHGP, 1933, p. 43) [grifo no original].

À questão: “O Decreto Federal nº 16.184, de 25 de outubro de 1923, que baixou o Regulamento da Pesca no Brasil pode ampliar o *Codigo* Civil?”, Henrique Jorge Hurley respondeu: “... *AFFIRMAMOS QUE O REGULAMENTO DA PESCA VEIU COMPLETAR, NO ASSUMPTO, O PENSAMENTO DO LEGISLADOR DO CODIGO CIVIL, AMPLIANDO-O*” (RIHGP, 1933, p. 45) [grifo no original].

3.2 Tese 2^a (segunda): domínio público x domínio particular

De acordo com o presidente do IHGP, Henrique Jorge Hurley, as águas públicas que foram definidas na primeira tese distinguem-se intimamente das águas particulares, que obrigatoriamente deveriam obedecer às características:

- 1º) Não *navegavel* nem *fluctuavel*;
- 2º) Nascer num *predio* particular;
- 3º) Correr por *predios* particulares;
- 4º) Ser consumida nos prédios que atravessa, **não indo**, consequentemente, lançar-se em correntes publicas ou comuns (RIHGP, 1933, p. 52) [grifo no original].

Essa distinção entre águas públicas e águas particulares não deixara dúvidas quanto à resposta da segunda pergunta-problema elaborada por Hurley: “Os rios ou igarapês que nascem em terrenos particulares e por *elles* correm até as *aguas* dos rios ou do mar são de *dominio* particular?” (RIHGP, 1933,

p. 47). Ele foi enfático em sua resposta: “Não. Nem por sonho...”. (RIHGP, 1933, p. 51)

3.3 Tese 3ª (terceira): os mangues

“Os *carangueijos*, turús, mexilhões (sururus) e caramujos, que vivem nos *manguesáes* lavados pela enchente das marés, são incorporados à propriedade da terra firme que lhes ficar adjacente?” (RIHGP, 1933, p. 57). Para o presidente do IHGP, os manguezais pertencem à União, portanto, as regiões de mangues estão sob a jurisdição do Governo Federal que pelo Regulamento da Pesca considerava os mangues como propriedade da nação e de uso público:

Tanto a pesca como a caça são livres, guardadas as *restricções* impostas pelos regulamentos administrativos [...]

Toda a fauna nativa e *typica*, que nasce ou habita os manguesáes, quer dentro do tujuco (carangueijos (sic) e tamarús), quer sobre a <<epiderme>> flácida da lama (aves *aquaticas* e guaxinins) quer no alto das ramadas verdes dos mangues (macacos, pássaros e camaleões) constituem **apenas coisa sem dono (RIHGP, 1933, p. 64/65)** [grifo no original].

3.4 Tese 4ª (quarta): os terrenos da marinha

Entendeu Henrique Jorge Hurley por terrenos de marinha: “as terras *visinhas* das praias (apécuns) **onde se erigiam salinas**” (RIHGP, 1933, p. 47) [grifo no original]. Nessas terras, porém, não se pode simplesmente com a mesma liberdade que se tem nas praias de água doce, tomar os “*fructos* da flora e de fauna” (RIHGP, 1933, p. 70), a não ser que a pessoa que quisesse usufruir desses frutos fosse brasileira nata ou naturalizada. Mas quanto à prática da pesca: “Não *póde* porém, *prohibir* que o pescador dentro de sua embarcação ou nas terras lavadas pelas águas pesque; isso não!”. (RIHGP, 1933, p. 69)

A partir desse argumento, a questão: “Os terrenos da marinha, sob *emphyreuse*, podem ser *utilisados* pelo Governo Federal, seu *legítimo* proprietário (*dirécto*) no serviço da pesca, regulamentado pela federação?” (RIHGP, 1933, p. 67) foi respondida por Hurley de forma afirmativa.

Essas quatro teses construídas por Henrique Jorge Hurley serviram para contestar a justificativa dos proprietários de terras no Estado do Pará para que o governo federal efetuassem a restrição ou mesmo a proibição da entrada dos pescadores nas propriedades particulares quer para pescar ou apenas para utilizá-las como vias de transporte. A opinião do presidente do IHGP, Henrique Jorge Hurley representou à época o parecer do IHGP sobre a questão.

4. Amazônia, ecologia e soberania

A defesa de Henrique Jorge Hurley pelo uso comum das águas conduz à reflexão de como, nesse recorte tempo-espacial, os direitos das populações tradicionais ao uso de recursos naturais, à navegabilidade dos rios eram garantidos ou mesmos contestados; como se dava o confronto com os interesses daqueles que se intitulavam os verdadeiros donos dos recursos, isto é, os fazendeiros da região. E, como a Amazônia era pensada na lógica capitalista da primeira metade do século XX.

Resume-se, portanto, o discurso do presidente do IHGP em três pontos cruciais: (1) as águas da Amazônia deveriam servir aos que mais necessitam delas, isto é, às populações ribeirinhas (tradicionais) que delas sobrevivem; (2) tecnicamente, as águas são *res communes* (de uso comum) e a flora e a fauna aquáticas são *res nullius* (sem dono) o que confere às populações tradicionais o direito de exercer seu trabalho, em uma perspectiva produtiva (relações sociais); (3) todos os atos concernentes ao uso das águas (navegabilidade e pesca) na região amazônica estão sob a jurisdição do governo federal e sob a administração estadual, no Pará, representada pela Capitania dos Portos. E, assim, deveria ficar estabelecido que os fazendeiros não tinham o direito de restringir ou proibir a entrada ou permanência dos pescadores em suas propriedades particulares quando esses estivessem pescando ou as utilizando como vias de acesso.²⁶

²⁶ Um elemento importante na relação entre populações tradicionais e natureza é a noção de território que pode ser definido como uma porção da natureza e espaço sobre o qual uma sociedade determinada reivindica e garante a todos, ou a uma parte de seus membros, direitos estáveis de acesso, controle ou uso sobre a totalidade ou parte dos recursos naturais aí existentes que ela deseja ou é capaz de utilizar (Godelier, 1984). Essa porção da natureza fornece, em primeiro lugar, a natureza do homem como espécie, mas também: a) os meios

A narrativa do presidente do IHGP acerca do uso das águas só vai ganhar *corpus*, na segunda metade do século XX, com a crise capitalista dos anos de 1970²⁷, que motivou ambientalistas e intelectuais a repensar a relação entre *homem-natureza*. Portanto, as teses de Henrique Jorge Hurley sobre o uso das águas na Amazônia representaram os germes de um discurso em defesa de uma gestão planejada dos recursos naturais na região; ainda não está em jogo o uso sustentável dos recursos naturais²⁸ renováveis e não-renováveis, mas as ideias de Hurley já representam a preocupação dos intelectuais do IHGP com o uso dos recursos hídricos da região.

Na década de 1930, a Amazônia surgira como foco de tensão e preocupação para as autoridades políticas da época. Isso devido a duas experiências mal sucedidas: a exploração mineral no Estado do Amazonas administrada pelas empresas estrangeiras a “American Brazilian Co.” e a “Canadian Co.”; e a exploração da borracha no Estado do Pará através do projeto de Henri Ford em Fordlândia. Em ambos os casos, a região foi entregue aos interesses de estrangeiros, restando à região apenas perdas ambientais, econômicas e sociais.

de subsistência; b) os meios de trabalho e produção; c) os meios de produzir os aspectos materiais das relações sociais, os que compõem a estrutura determinada de uma sociedade [...]. (Godelier, 1984 *apud*. DIEGUES, 1998, p. 83)

²⁷ “Irrompe [...] no princípio da década de 70 uma profunda crise social, política e cultural” (ALMEIDA, Jozimar P. de. “Ciência e Meio Ambiente: A Interdisciplinaridade na constituição do Pensamento Ecológico”. *Revista de História Regional*. São Paulo, Departamento de História UEPG, 1997, Vol. 2, nº 2. p. 196). Crise que denota que o crescimento material da sociedade capitalista não implicou em uma melhora significativa nas condições de vida do homem, nem tampouco sanaria as desigualdades entre ricos e pobres (ALMEIDA, 1997). Visitar também Worster (1991. p. 2): “A idéia de uma história ambiental começou a surgir na década de 1970, à medida que se sucediam conferências sobre a crise global e cresciam os movimentos ambientalistas entre cidadãos de vários países [...]. A história não foi a única disciplina afetada por essa maré montante de preocupação pública: o trabalho acadêmico nas áreas do direito, filosofia, economia, sociologia e outras foi igualmente sensível a esse movimento”.

²⁸ “Segundo Portugal (1992) ‘... A palavra recurso significa algo a que se possa recorrer para a obtenção de alguma coisa.’ (sic) Para esse autor, o homem recorre aos recursos naturais [...] para satisfazer suas necessidades. Para Art (1998) recurso pode ser: a) componente do ambiente [...] que é utilizado por um organismo e) qualquer coisa obtida do ambiente vivo e não-vivo para preencher as necessidades e desejos humanos”. (DULLEY, Richard Domingues. “Noção de natureza, ambiente, meio ambiente, recursos ambientais e recursos naturais”. *Agric. São Paulo*. São Paulo, vol. 51, nº 2. jul./dez. 2004. p. 22).

Nesse contexto, a preocupação de Henrique Jorge Hurley vai para além do uso das águas na Amazônia, reflete, assim, os germes da relação entre política e gestão ambiental. Veja o que Carlos Rocque (1968, p. 878), em sua obra rara *Grande Enciclopédia da Amazônia*, registra quanto a uma expedição organizada por Francisco Iglesias no ano de 1931:

Oficial (capitão) da Aeronáutica espanhola. No ano de 1931 organizou uma expedição científica, que percorreria o Alto-Amazonas, no trecho compreendido entre o Amazonas, o Caquetá e a Cordilheira dos Andes, em um total de 500.000 Km² de área. A idéia encontrou eco junto ao governo espanhol. Elaboraram o programa, extenso, minuciosos, sendo *nêle* incluído estudos de meteorologia (*sic*), antropologia, cartografia, geologia, geografia, botânica, minerologia, etc. Era a expedição que mais programa de pesquisa possuía com relação à Amazônia, até então. Consultados os países da área hileiana, a acolhida foi excelente. No Brasil, porém, houve reserva: o general Rondon conseguira que *Governo* passasse a interferir nas expedições estrangeiras: o caso da perda do monopólio da borracha servira de exemplo. (ROCQUE, 1968, p. 878)

O desfecho dessa negociação entre o governo espanhol e o governo brasileiro foi previsível: “O projeto começou a sofrer restrições até a definitiva negativa por parte do Brasil” (Ibid., 1968, p. 878). Segundo Rocque, a alegação do governo brasileiro em não concordar com a expedição recaiu sobre a falta de clareza por parte do governo espanhol quanto às finalidades da expedição: “Até hoje (1968) não se sabe as reais finalidades da expedição e o que, na verdade, havia por trás de tudo aquilo” (Ibid., 1968, p. 878).

Mesmo com um programa de pesquisa, como salientou o próprio Carlos Rocque, sendo o mais completo até então, ficou mal explicada a finalidade da expedição de Francisco Iglesias pela Amazônia, visto que o mesmo trazia consigo armas de fogo, para a época, de alta potência. Ora se a mesma era de cunho científico, não havia a necessidade do arsenal bélico. O uso das armas seria necessário se os objetivos da expedição fossem outros que não os pré-estabelecidos pelo governo espanhol. Infere-se, portanto, que o governo brasileiro sentiu-se ameaçado. Daí a rejeição à expedição de 1931.

A Amazônia fora concebida na década de 1930 sob a ameaça da usurpação estrangeira; a natureza representa os seus bens rentáveis; e a sua população uma vez vitimada pela cobiça dos donos do capital precisa de porta-vozes – os intelectuais, isto é, a intelectualidade amazônica.

Nesse sentido, os intelectuais vinculados ao IHGP despontavam como os representantes e propulsores do “progresso e da civilização” na Amazônia, fornecendo as explicações históricas e geográficas que justificariam a singularidade da região e a cientificidade de sua produção. Considerando-se a intelectualidade amazônica, os sócios do IHGP precisavam alimentar um discurso em defesa da Amazônia, o que significava defender a sua natureza e a sua população das ameaças alienígenas.

5. Conclusão

No início do século XX, os esforços dos intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico do Pará em representar a natureza amazônica interferiram diretamente na construção da historiografia da Amazônia. Dessa forma, a natureza além de “cenário e personagem ativo” no processo de formação da nação brasileira, como objeto de estudo, serviu também na consolidação da identidade dos “amazônidas”.

Nesse sentido, a Revista do IHGP foi o veículo fundamental para divulgar como os intelectuais do IHGP perceberam a realidade que os cercava e como representaram-na dentro do campo científico. O Instituto foi o espaço catalisador de uma história amazônica que garantiu um *locus* de erudição inquestionável para a intelectualidade paraense no campo da historiografia brasileira.

Amazônia: mistério, enigma, perigo e selvageria; região com rico potencial natural, principalmente hídrico, mas esquecida, abandonada. Essa foi a Amazônia apresentada pelos intelectuais do IHGP no início do século XX, sob a influência do jusnaturalismo de Henrique Jorge Hurley. Daí a justificativa para a existência e para as atividades do IHGP.

Resumo: Este artigo tem a intenção de analisar a produção dos intelectuais vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP) no início do século XX, principalmente daquele que foi seu presidente, Henrique Jorge Hurley e seus desdobramentos no processo de construção de uma identidade regional. Trata-se de um trabalho de pesquisa histórica, cujas principais fontes analisadas correspondem aos volumes e fascículos da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (RIHGP), publicados no período de 1917 a 1938. Essa análise compreende duas fases de produção desses intelectuais: a primeira em que dominou o naturalismo e o evolucionismo e a segunda em que predominou o jusnaturalismo fortemente influenciado pelas ideias de Hurley. Em ambas as fases, nos estudos acerca da natureza amazônica e do homem “da Amazônia”, as águas da Amazônia ocuparam lugar privilegiado.

Palavras-chave: Amazônia. Natureza e Intelectuais.

Abstract: This article intends to analyze the production of intellectuals linked to the Instituto Histórico e Geográfico do Pará (Historical and Geographical Institute of the State of Pará - IHGP) in the early 20th century, especially of Henrique Jorge Hurley, who was its president, and its consequences to the process of developing a regional identity. This is a work of historical research, mostly based on the analysis of the volumes and issues of the Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (Journal of the Historical and Geographical Institute of the State of Pará - RIHGP), which was published between the years 1917 and 1938. Our analysis encompasses two stages of the works of these intellectuals: the first one, in which naturalism and evolutionism were predominant, and the second one, in which the natural law theory prevailed, strongly influenced by the ideas of Hurley. In both phases, in the studies of Amazonian nature and of the “Amazon” man, the waters of the Amazon have occupied a privileged place.

Keywords: Amazonia. Nature and Intellectuals.

Artigo recebido para publicação em 17/12/2011

Artigo aprovado para publicação em 05/05/2012